



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

OUTUBRO DE 2023 - EDIÇÃO 106 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

EM MARRAKESH-MARROCOS

MOÇAMBIQUE ESTÁ NAS REUNIÕES ANUAIS DO BANCO MUNDIAL E FMI

PAG.3

DESTAQUE

As jornadas científicas jogam um papel importante no aprimoramento da política fiscal moçambicana
- Carla Louveira

PAG.4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Em Marrakesh-Marrocos

Moçambique Está nas Reuniões Anuais do Banco Mundial e FMI



Anuais, a Palestra de Alto Nível sobre o Desenvolvimento de Capacidades para o Empoderamento Económico de África no meio de Choques Compostos, a Reunião do African Caucus, a Reunião dos Ministros das Finanças e dos Governadores dos Bancos Centrais da Commonwealth, incluindo encontros bilaterais com destaque para Departamento Africano do FMI.

Rogério Zandamela participará ainda como Orador na Mesa Redonda sobre Insustentabilidade da Dívida Soberana no Sul Global. À margem das Reuniões Plenárias, o Vice-Ministro participará do Seminário sobre Minerais Críticos para Transição Energética com vista a partilhar a visão do país para a sua exploração e aproveitamento dos recursos minerais para o benefício do povo moçambicano.

Para o presente ano, o tema central das Reuniões Anuais é "Acção Global, Impacto Global", em torno das incertezas quanto aos compromissos da comunidade doadora internacional para financiamento das actividades e iniciativas das agendas globais de desenvolvimento que visam minimizar, bem assim reverter a acção climática, o aumento da dívida externa, redução de recursos domésticos e a consequente desaceleração das economias emergentes e das nações mais desenvolvidas.

Uma Delegação Moçambicana Chefiada pelo Governador do Banco de Moçambique, Rogério Lucas Zandamela, Coadjuvado pelo Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Paia Tivane, acompanhado por Quadros do Banco de Moçambique e do Ministério da Economia e Finanças, participa de 9 a 15 de Outubro, nas Reuniões Anuais do Grupo Banco Mundial (GBM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Marrakech, Reino de Marrocos.

As Reuniões Anuais do GBM e do FMI reúnem Ministros das Finanças e do Desenvolvimento, Governadores de Bancos Centrais, Organizações Internacionais, executivos do Sector Privado, representantes de organizações da sociedade

civil e académicos para discutir assuntos relacionados com financiamento concessional, bem como as opções para fazer face às vulnerabilidades crescentes da dívida e o seu processo de reestruturação.

Fazem igualmente parte da Agenda em Marrakesh a transição energética para energias mais limpas com vista a reduzir as emissões de carbono, as perspectivas económicas mundiais, a erradicação da pobreza, e a inovação nos meios de pagamento e segurança da infra-estrutura tecnológica.

A Delegação Moçambicana participará de diferentes encontros com destaque para as Reuniões Estatutárias, incluindo a Constituição Africana no Banco Mundial e no FMI, a Plenária das Reuniões



As jornadas científicas jogam um papel importante no aprimoramento da política fiscal moçambicana - Carla Louveira



esteve envolvido no processo de preparação e organização desta edição das Jornadas Científicas, e sua Direcção, representada pela excelentíssima Presidente, pela regularidade que tem observado na realização das jornadas científicas, que este ano alcança a sua quarta edição, enalteceu a dirigente, acrescentando que saudamos ainda o Sr. Prof. Doutor Eng. Lourino Alberto Chemane, Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação, (INTIC-IP) e a Sra. Nepeti Nicanor, Docente e Investigadora da Universidade de Joanesburgo, nossos oradores principais nestas Jornadas Científicas e que irão abordar o quadro legal das transações electrónicas em Moçambique e os desafios do sistema tributário moçambicano na era digital.

A vice-ministra enalteceu igualmente, a equipa do júri independente que avaliou de forma profissional os trabalhos que foram apresentados nesta edição, liderada pelo Prof. Dr. José Guambe, Docente da Universidade Eduardo Mondlane.

Não poderíamos deixar de fazer referência a todos os participantes que se dedicaram à pesquisa, saudando em particular aos

A informação foi avançada em Maputo, pela Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira durante a abertura das Quartas Jornada Científica da Autoridade Tributária (AT) que se realiza sob o lema “Sistema Tributário Moçambicano na Era da Economia Digital”.

Louveira sublinhou que por um lado, as jornadas científicas que de forma sistemática e didática vem sendo organizadas pelo Centro de Estudos Aduaneiros e Tributários jogam um importante papel no aprimoramento da política fiscal moçambicana na medida em que estimulam o espírito de pesquisa científica no âmbito da Administração Tributária e

Aduaneira, contribuindo com propostas de medidas de política fiscal concretas e actualizadas aos desenvolvimentos recentes da economia mundial.

Por outro, contribuem para a melhoria do acervo e fontes de pesquisa bibliográfica em matéria tributária e aduaneira a nível do país e criam sinergias e aproximação entre os funcionários do sector fiscal, pesquisadores e a sociedade em geral, permitindo colher sensibilidades para melhoria do Plano Estratégico da Autoridade Tributária e da Estratégia de Desenvolvimento Económico do País.

Uma saudação especial é dirigida ao Centro de Estudos Aduaneiros e Tributários que



DESTAQUE

que tiveram os seus trabalhos selecionados, reconhecendo a dedicação prestada de forma árdua em todas as fases de pesquisa e que hoje irão compartilhar connosco os resultados das investigações por vós realizadas.

Estamos convictos que os resultados destas pesquisas irão contribuir para a formulação de melhores políticas tributárias e adopção de melhores praticas para maior eficiência na Tributação da Economia Digital, com vista a melhor responder aos desafios da Administração Tributária, na actual conjuntura macroeconómica.

Louveira garantiu que em resposta aos desafios da conjuntura macroeconómica actual o Governo de Moçambique tem estado a implementar diversas acções com vista a equilibrar os incentivos fiscais ao crescimento económico e a necessidade do alargamento da base tributária no âmbito da tributação da economia digital.

Neste sentido, destacamos o lançamento em Agosto de 2022, do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE) que visa estimular o crescimento económico, atrair investimento privado e criar empregos. O PAE inclui medidas fiscais e de melhoria do ambiente de negócios, transparência e boa governação, bem como a aceleração de projectos de infraestruturas estratégicas. Disse a vice-ministra acrescentando que como sabeis, entre as medidas fiscais, destacam-se a

redução da alíquota do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) de 17% para 16%, a isenção do IVA na importação de insumos agrícolas e eléctricos, e a redução do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) de 32% para 10% na agricultura, aquacultura e transportes urbanos. Estas medidas visam aliviar a carga tributária sobre os sectores produtivos, aumentar a competitividade e a formalização das actividades económicas, incentivar a diversificação e a transformação produtiva, e promover a inclusão social e territorial, num contexto de recuperação económica.

A dirigente informou que o PAE está inserido num contexto em que as medidas previstas no Pacote serão combinadas com outras reformas, com destaque para o alargamento da base tributária, melhora da eficiência e da equidade da tributação, combate a evasão e a fraude fiscal, e reforço da administração tributária, em particular a revisão da Pauta Aduaneira e do Imposto sobre Consumos Específicos (ICE).

Neste contexto, na economia real, já é possível observar a resposta positiva de alguns sectores, nomeadamente os Serviços de Hotelaria e Restauração, para os quais se registou um crescimento de 5.5% no 1º Semestre de 2023, após 2 anos de recessão (2020 e 2021), bem como, o crescimento global da economia no mesmo período do corrente ano de aproximadamente 5% contra 4.2% registado no período homólogo de 2022, frisou.

Para a dirigente, vivemos uma era de transformação acelerada na esfera das tecnologias de comunicação e informação, na qual a economia digital desempenha um papel central. A fonte considera que este ambiente é caracterizado por avanços tecnológicos contínuos, comércio electrónico em crescimento, modelos de negócios e de pagamentos baseados em plataformas digitais e uma integração e interoperabilidade da economia digital a nível global sem precedentes.

Essas mudanças profundas apresentam desafios significativos ao nosso sistema tributário mais precisamente na tributação das operações de vendas de bens e serviços por meios digitais, isto é, a tributação do comércio electrónico. Modelos de negócios digitais frequentemente transcendem fronteiras nacionais, desafiando igualmente a nossa capacidade de capturar de maneira eficaz a receita gerada por essas actividades.

Neste quadro, entendemos que a tributação de serviços digitais transfronteiriços requer uma análise aprofundada e adequada a realidade moçambicana e a experiência comparada internacional, com vista a responder a questão “como garantir que os serviços digitais transfronteiriços sejam tributados adequadamente, ao mesmo tempo em que promovemos um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento económico.”



DESTAQUE

A vice-ministra afirmou que foi com vista a responder aos desafios da tributação do comércio electrónico na esfera do crescimento da economia digital, que foi recentemente criada a Unidade de Tributação da Economia Digital a nível da Autoridade Tributária de modo a garantir a operacionalidade e o incremento da captação de receita proveniente deste sector, bem como, foram elaborados três instrumentos orientadores chave, a Estratégia da Tributação da Economia Digital, o Modelo Conceptual da Plataforma Informática que vai suportar este processo e o Modelo de Tributação da Economia Digital que abrange dois grandes segmentos: primeiro, a Tributação das Operações das Carteira Móveis e segundo, o Rastreamento das Transações Internas e Externas.

Assim, esperamos que a partir de 2024 a AT dê início efectivo à Tributação da Economia Digital, estando previsto já para o próximo mês de Novembro a realização de um piloto da prova de conceito sobre o Controlo e Tributação das Transações on-line no sector de Turismo. A terminar, convido a todos os presentes a partilhar suas análises, pesquisas e conhecimentos, ressaltando que é somente através do diálogo colaborativo entre académicos, profissionais da área tributária, autoridades governamentais e outros intervenientes, que poderemos aprofundar a nossa compreensão dos desafios da economia digital e identificar soluções eficazes.

Por seu turno, o Director Geral de Serviços Comuns da AT, Venâncio Francisco sublinhou

que a economia digital representa um grande desafio à tributação internacional, devido à dificuldade de determinar a jurisdição na qual o valor é criado, pelo facto da mesma assentar nos activos intangíveis, usar massivamente os dados de natureza pessoal, e modelos de negócios multilaterais. Por isso, que é importante examinar de perto como é que as empresas da economia digital acrescentam valor e geram os seus lucros, para determinar em que medida será necessário adaptar a legislação vigente para ter em conta as características específicas desta indústria e prevenir a erosão da base tributária e a transferência de lucros. Foi tendo presente a estes desafios que a AT decidiu lançar as presentes Jornadas Científicas.





Marrakesh, 13 de Outubro 2023

Intervindo na Reunião Plenária em Marrakesh, Kristalina Georgieva questionava sobre as acções que nos irão ajudar a escrever uma história para os próximos 50 anos



Georgieva, de olho no futuro, estruturou a resposta a essa questão em 2 grandes blocos e caminhos, nomeadamente, investimento em bases económicas sólidas e investimento na cooperação internacional.

No que se refere ao investimento em bases económicas sólidas Georgieva fez referência a estabilidade de preços como fundamental e um pré-requisito para o crescimento, protecção das pessoas, especialmente os pobres.

Uma política fiscal prudente é mais importante do que nunca, afirmou a Directora Geral do

FMI, porque a dívida e os défices são bem acima dos níveis pré-pandémicos. Chegou a hora de restaurar o espaço fiscal. Isso significa decisões difíceis para os governos, disse.

As questões de boa governação, combate a corrupção e regulamentação simplificada continuam parte da agenda para o futuro na visão do FMI. As Reformas para impulsionar o comércio e melhorar acesso ao capital. O pacote certo de reformas poderia aumentar os níveis de produção até 8% em quatro anos, segundo estudos do FMI.

Georgieva colocou mobilização de recursos internos com um enorme potencial, tendo afirmado que estudos do FMI mostram que as reformas fiscais por si só poderiam acrescentar até 5% do PIB em receitas para mercados emergentes – e até 9% para países de baixo rendimento. O FMI tem estado a priorizar assistência técnica aos países nesta área.

O financiamento externo, evidentemente, continua a ser crítico. As economias avançadas partilham uma responsabilidade, bem como um interesse comum, em apoiar os países emergentes e em desenvolvimento países,



enfatizou a Directora Geral do Fundo.

Em termos de Investimento na Cooperação Global, segundo pilar abrangente, a Directora do FMI, focalizou o trabalho conjunto no espírito dos Princípios de Marrakesh. Em cima da Mesa estão dois assuntos, reestruturação da dívida e segurança da rede financeira global.

No que se refere as alterações climáticas, o FMI lançou o mais novo instrumento – *Resilience and Sustainability Trust (RST)* uma janela de recursos acessíveis e de longo prazo para países vulneráveis de baixo e médio rendimento para áreas de adaptação, construção de resiliência.

A Directora Geral enfatizou ainda o facto de o FMI estar a trabalhar com os membros economicamente mais fortes para canalizar uma parte significativa dos seus Direitos Especiais de Saque (SDR) para membros mais vulneráveis, o que gerou até agora cerca de 100 mil milhões de dólares em novos financiamentos através de fundos fiduciários, especialmente o Fundo de Crescimento e Redução da Pobreza (PRGT) e o Fundo de Sustentabilidade de Resiliência.

Finalizando a sua intervenção, focalizou os aspectos de constituição do FMI, tendo dito que *“devemos continuar a trabalhar no sentido de adaptar a nossa estrutura de governação para melhor representar os nossos membros e as mudanças dinâmicas na economia global. A possibilidade de adicionar um terceiro Presidente para África ao*

nosso Conselho Executivo é bem-vinda passo na direção certa”.

O presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, reconheceu os desafios enfrentados pelo Mundo em rápida mudança e apelou à colaboração entre os países. Expressando a sua preocupação com o declínio do progresso na luta contra a pobreza, o Presidente do Banco Mundial também apontou para a crise climática existencial, a insegurança alimentar e o impacto dos conflitos em todo o mundo, como a guerra em curso entre Israel e o Hamas.

Um dos pontos-chave do discurso de Banga foi o declínio do crescimento económico no mundo em desenvolvimento. Salientou que o crescimento económico tem caído de 6% para 5% ao longo de duas décadas e está no bom caminho para apenas 4% nos próximos sete anos. Banga destacou as consequências sombrias disto, com cada ponto percentual perdido empurrando milhões para a pobreza

O discurso também enfatizou a importância de focar nas mulheres e nos jovens, especialmente na força de trabalho. Banga apelou à igualdade de género e ao emprego dos jovens, reconhecendo os desafios demográficos enfrentados pelo Sul Global.

Banga também revelou a nova visão e missão do Banco Mundial — criar um mundo livre de pobreza num planeta habitável. Sublinhou a urgência desta missão e destacou a necessidade de abordagens inovadoras para financiar um mundo diferente,

onde se prepara uma “tempestade perfeita” de alterações climáticas, consequências pós-pandemia e pobreza.

“Enfrentamos um declínio no progresso na nossa luta contra a pobreza, uma crise climática existencial, insegurança alimentar, fragilidade, uma recuperação pandémica incipiente e estamos a sentir os efeitos dos conflitos para além da frente”, disse Banga. “Uma tempestade perfeita de desafios interligados e complexidade geopolítica que, em conjunto, exacerbam a desigualdade.”

Além disso, Banga discutiu a importância da colaboração com o Sector Privado para mobilizar recursos e impulsionar o progresso sustentável. Ele descreveu as iniciativas do Banco Mundial, como o Laboratório de Investimento do Sector Privado, que visa aumentar o investimento privado em energias renováveis e a transição energética nos países em desenvolvimento.

“Embora não tenhamos todas as respostas agora, e aqueles para quem estamos trabalhando levarão tempo, temos desejo, energia e foco”, disse Banga.

O discurso terminou com um apelo à acção, instando os governos, os accionistas e as entidades filantrópicas a intensificarem e apoiarem os esforços do Banco Mundial. Banga enfatizou a necessidade de uma abordagem nova e simplificada que se concentre em alcançar impacto em grande escala.

O plenário também contou com a presença do Ministro das Finanças da Ucrânia, Sergii Marchenko.



Marrakesh, 10 e 11 de Outubro de 2023

Países Africanos Defendem Novos Modelos e Mecanismos Financeiros para o Desenvolvimento Económico



O Vice-Primeiro Ministro de Cabo Verde e Presidente do African Caucus 2023, Olavo Garcia procedeu com a entrega do Memorando Anual do African Caucus à Directora Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva e ao Presidente do Grupo Banco Mundial (GBM), Ajay Banga.

O Memorando, saído da última Reunião do African Caucus, que teve lugar nos dias 6 e 9 de Junho de 2023, na

Ilha do Sal/Cabo Verde, insta o FMI e o GBM a reflectirem a posição harmonizada dos Ministros das Finanças e dos Governadores dos Bancos Centrais dos 54 países Africanos sobre questões de financiamento ao desenvolvimento nas economias africanas.

Também garante a sustentabilidade da dívida pública em África, exortando as Instituições de Bretton Woods a intensificarem o apoio para uma implementação eficaz e

mais rápida do Quadro Comum do G20 para o Tratamento da Dívida incluindo o aumento do apoio técnico para a reestruturação da dívida.

Neste senda os países africanos solicitaram que os empréstimos de curto prazo com juros elevados sejam convertidos em empréstimos de longo prazo com juros baixos, inclusive para redução da dívida, suspensão da dívida durante períodos de negociação e cancelamentos definitivos



para países em situação de sobre endividamento.

O Memorando insta ainda o Banco Mundial a adicionar cláusulas contingentes ao Estado aos acordos de financiamento que permitam a suspensão do pagamento da dívida em caso de catástrofes naturais ou choques exógenos que desencadeiem uma crise económica ou financeira.

No contexto de financiamento por via do FMI o *African Caucus* solicita a triplicação do financiamento concessional bem como a recanalização aumentada e eficaz dos Direitos de Saque Especiais (DSE) do FMI, através de Bancos de Desenvolvimento Regional e criação de um Fundo Fiduciário para trocas de dívidas para o clima e os ODS.

O documento faz ainda menção ao desbloqueio do financiamento climático e energético para África, uma necessidade de cerca de 2,8 biliões de dólares, considerando uma contribuição de 10% do valor vindo dos países africanos, focado na aceleração do Plano de Implementação

de Sharm el-Sheikh e esperando compromissos mais fortes na COP28 para ajudar a colmatar lacunas de financiamento nos países africanos de baixo e médio rendimento.

O financiamento climático e energético são complementares e reforçam-se mutuamente e exigiriam níveis de apoio equilibrados, frisou o Presidente do African Caucus.

O continente africano necessitará de investimentos substanciais no sector energético no valor de 200 mil milhões de dólares entre 2021 e 2030, ou seja, cerca de 20 mil milhões de dólares por ano para garantir o acesso à electricidade a mais de 600 milhões de pessoas e à energia limpa a cerca de 900 milhões de pessoas.

Os dirigentes máximos da Instituições de Bretton Woods (FMI e BM) acenaram positivamente às questões de financiamento climático (mercados de carbono, alívio do ónus da dívida em troca de projectos de resiliência climática), como novas fontes de financiamento para os países menos poluentes e

que mais sofrem com as alterações climáticas, no qual Moçambique faz parte; maior acesso ao Fundo de Sustentabilidade e Resiliência (neste momento apenas Ruanda e Marrocos tiveram acesso ao nível de África), e sobre a questão do aumento dos Direitos Especiais de Saque.

Em termos de perdão da dívida pública, Ajay Banga, fez referência aos 12 mil milhões de dólares desembolsados pelo BM sendo metade em modalidade concessional e outra metade em formato de donativos que permitiu a reestruturação da dívida pública do Ghana, Eritreia, Chade e Zâmbia.

Refire-se que o African Caucus foi criado em 1963, como "Grupo Africano", com o objectivo de fortalecer a voz dos Governadores Africanos nas Instituições de Bretton Woods (IBW), ou seja, o FMI e o GBM sobre questões de desenvolvimento de particular interesse para África.

As reuniões do African Caucus tiveram lugar à margem das Reuniões Plenárias, nos dias 10 e 11 de Outubro, em Marrakesh-Marrocos.



No âmbito do MARP

MEF Acolhe Equipa da Avaliação Temática e Direccionada



do Governo, Fórum Nacional da Sociedade Civil, Sector Privado, Academia e público em geral.

Consta da agenda de trabalhos de campo, para além de trabalho na Cidade de Maputo, visitas as província de Gaza (Xai-Xai, matérias de segurança alimentar), Sofala (Beira, matérias associadas a inundações, ciclones tropicais) e Zambézia (Quelimane, inundações, ciclones tropicais).

Moçambique aderiu ao MARP em 2003, por via da assinatura, pelo Presidente da República, do Memorando de Entendimento (NEPAD/HSGIC/03-2003/APRM/MOU) e dos compromissos nele contido.

Por via de solicitação do nosso país, iniciou formalmente em meados de Junho do ano em curso, uma avaliação temática e direccionada, no âmbito do MARP, com o apoio do Secretariado Continental, com objectivo de aferir a capacidade de articulação e resposta das instituições do Estado de fazer face a choques e desastres de vária ordem (*State resilience to shocks and disasters*), com particular atenção à desastres naturais e segurança alimentar.

No âmbito da elaboração do Relatório Temático e Direcção do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP) com foco em desastres naturais e segurança alimentar, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, recebeu, em audiência de cortesia, a Missão Continental do MARP, chefiada pela Personalidade Eminente para acompanhamento do processo do MARP em Moçambique Lydia Mutende.

Durante a reunião a Vice-Ministra reiterou o compromisso do Governo de Moçambique de tudo fazer para o sucesso desta missão, disse ainda esperar que no fim da Missão apresente um relatório que espelhe a realidade nas áreas em apreço, também que apresente um programa nacional de acção para o seguimento. *Prevê-se que o relatório da avaliação seja apresentado pelo nosso país em Fevereiro de 2024 na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos países membros do MARP à margem da Conferência da União Africana*, referiu.

Porsuavez, Lydia Mutende congratulou a disponibilidade permanente do Governo de Moçambique e acredita que as recomendações do relatório vão contribuir para que o Governo enfrente os desafios que se coloca nas áreas em estudo com clareza.

Seguindo o roteiro da missão continental do MARP que está no país desde o dia 14 de Outubro de 2023 do ano em curso e seu regresso previsto para o dia 04 de Novembro de 2023, está previsto um trabalho de campo cujo objectivo é a interação com actores relevantes directamente envolvidos nos domínios em avaliação retro mencionados, que inclui representantes de instituições





Divulgação de Resultados do Diagnóstico e Propostas para o fortalecimento do Imposto Predial em Moçambique



nas criações de bases de dados dos imóveis, bem como o cálculo do valor patrimonial dos imóveis a nível das autarquias e a sua importância na arrecadação de receitas próprias, fizeram com que o MEF iniciasse uma reflexão profunda deste imposto para propor melhorias na administração do mesmo a nível legal e procedimental.

A proposta é por um lado, oriunda não apenas da percepção de que o desempenho do IPRA é aquém do seu potencial no país, mas resulta da percepção da necessidade de revisar a estrutura legal para a sua instituição. Por outro lado, o estudo busca compartilhar experiências internacionais que podem ser inspiradoras na formulação das alternativas de implementação do imposto em Moçambique, referiu.

Lambo considera que as autarquias são diretamente interessadas no tema, o Governo busca por intermédio deste trabalho compartilhar o protagonismo para a formulação de propostas

O Secretário Permanente (SP) do Ministério da Economia e Finanças (MEF), Domingos Lambo procedeu hoje, em Maputo com a divulgação de Resultados do Diagnóstico e Propostas para o fortalecimento do Imposto Predial em Moçambique.

O objetivo da consultoria contratada é analisar o desempenho do Imposto Predial Autárquico (IPRA) que incide sobre os prédios urbanos em Moçambique, considerando a sua importância como fonte de

receita, o marco legal para sua instituição e os procedimentos administrativos relacionados à sua implementação.

Durante a abertura do Workshop, o SP disse que o imposto predial a nível mundial é entendido como o imposto mais importante a nível municipal por ser directo, progressivo e estável como fonte de receita e, é um imposto com efeito multiplicador na organização do cadastro fiscal das autarquias locais.

Para Domingos Lambo, as fragilidades e inconsistências



de reformas e revisões de carácter administrativo, capazes de aumentar a equidade, progressividade e eficiência deste imposto.

Este exercício foi realizado de forma participativa e inclusiva por isso contamos neste workshop com a maior parte de municípios que serviram de amostra para análise, observando todas as categorias dos municípios, nomeadamente os municípios de Pemba, Nampula, Beira, Maputo, Matola, Boane, Namaacha e todas as partes interessadas na formulação e guardiã dos cadastros prediais urbanos e rurais e cadastros

fiscais prediais a nível central, bem como de parceiros que tem apoiado no fortalecimento deste imposto, declarou.

O SP afirmou ainda que para a concretização da divulgação de Resultados do Diagnóstico e Propostas para o fortalecimento do Imposto Predial em Moçambique, o MEF contou com o apoio da consultora, Cláudia de Cesare, pesquisadora, professora doutora, autora e editora de publicações técnicas e instrumentos pedagógicos, com aproximadamente 30 anos de experiência dedicados à reformas em tributos imobiliários,

projectos de reavaliação de imóveis para fins tributários entre outros.

Por fim, esperamos com este exercício de divulgação dos resultados deste relatório ampliar a discussão e poder colher mais contributos para aperfeiçoar ainda mais o relatório, assim como apresentar estratégias e acções concretas para que possamos melhorar a organização e administração deste imposto e por conseguinte aumentar a base tributária das autarquias locais e reduzir gradualmente da alta dependência das transferências do Estado.





Intercâmbio técnico-profissional entre IGF de Moçambique e IGF Autoridade de Auditoria Interna de Portugal



No âmbito do Protocolo de Cooperação e Colaboração Técnica celebrado entre os Governos das Repúblicas de Moçambique e de Portugal, teve lugar no mês de Setembro uma acção de formação para troca de experiência de seis técnicos do Departamento tributário da Inspeção-Geral de Finanças de Moçambique (IGF-M) na Inspeção-Geral de Finanças de Portugal (IGF- Autoridade de Auditoria Interna).

A Formação decorreu em Lisboa e tinha como Objectivos promover um intercâmbio técnico-profissional entre inspectores da Inspeção Geral de Finanças de Moçambique (IGF) e a Autoridade de Auditoria Interna de Portugal de modo que, no campo metodológico, possam melhor, intervir em auditorias temáticas de reembolso de IVA, benefícios fiscais e auxílios, subvenções e benefícios públicos.

A formação incidiu fundamentalmente nos temas sobre as normas de Planeamento e Relato da IGF-Autoridade de Auditoria de Portugal, Plano de Acção de Auditoria ao Sistema de Reembolsos do IVA, plano de Acção de Auditoria à Autoridade Tributária no Controlo dos Sujeitos Passivos de IVA com Crédito de Imposto a Reportar e Auditoria aos Auxílios, Subvenções e Benefícios Públicos entre outros.



lograr ganhos mútuos afim de melhorar a nossa acção profissional no dia-a-dia nos nossos sectores de trabalho.

Por seu turno, os formandos foram unânimes ao afirmar que é uma mais valia estamos neste solo português pois, sairemos deste local com ferramentas activadas que irão contribuir sobremaneira na eficácia das auditorias ao sector tributário e sector aduaneiro no nosso país.

Participaram na referida formação a Chefe do Departamento de Auditoria ao Sector Tributário e Aduaneiro, chefes de equipa e alguns técnicos inspectivos da mesma área.

A abertura da acção de formação foi presidida pelos Subinspectores Gerais de Finanças de Portugal, Maria de Fátima Coelho e Paulo Silva respectivamente tendo sublinhado que é preciso alinhar os conteúdos que estão no plano de capacitação de modo a





SPEFZ Capacita Gestores Municipais



Decorreu recentemente, na cidade de Quelimane, Província da Zambézia a Capacitação dos Gestores Municipais ministrada por quadros dos Ministérios da Economia e Finanças e de Administração Estatal e Função Pública, com o objectivo de melhorar a gestão de recursos, desempenho e prestação de contas dos municípios que tem como grupo alvo Técnicos Municipais e Membros da Assembleia Municipal.

Na abertura da formação, com duração de 5 dias, o Director do Serviço Provincial da Economia

e Finanças da Zambézia, Lucas José Jackson, saudou todos os ministérios intervenientes da iniciativa e em particular o Banco Mundial que é a entidade implementadora do Projecto de Desenvolvimento Urbano Local (PDU) visando o fortalecimento e desenvolvimento institucional.

Durante o seminário serão ministrados temas de relevante importância sobre a Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Finanças Públicas, Gestão de Receitas, Contratação Pública, além do ponto de situação das auditorias aos municípios. Os temas visam responder aos

desafios ainda existentes nas áreas específicas, convista a melhoria da acção governativa municipal e das capacidades técnicas municipais, face a dificuldade de gestão de pessoal pelos municípios, pese embora a melhoria do quadro legal, anotou o director.

Ainda no discurso de abertura, o dirigente informou que no âmbito da melhoria do quadro legal destaca-se a aprovação de instrumentos como o Decreto nº 33/2005 de 30 de Agosto que estabelece o quadro de transferências de funções e competências dos órgãos do Estado para as



autarquias locais; O Decreto nº 45/2003 de 17 de Dezembro que define o regime de mobilidade do pessoal.

Falando aos participantes, Jackson sublinhou que a capacitação pretende uniformizar as abordagens na gestão municipal face aos desafios prevaletentes nas áreas de Gestão de Recursos Humanos, cujos desafios incidem na falta de um banco de dados estruturado sobre o pessoal, dificuldades no sistema de monitoria e avaliação do desempenho do pessoal, na elaboração do plano de desenvolvimento dos recursos humanos,

gestão Tributária municipal, entre outros aspectos, a fraca da colecta das receitas próprias, a falta de cadastros fiscais municipais de prédios urbanos e contribuintes, o fraco sistema de facturação e cobrança de impostos e a área de Gestão financeira municipal que ainda persistem desafios relacionados à fraca capacidade de elaboração de instrumentos de planificação, fraco alinhamento dos instrumentos de planificação de longo, médio e curto prazos, inexistência de sistemas de controlo interno, entre outros.

De referir que, a capacitação dos gestores municipais e

membros das Assembleias Municipais, vai impulsionar e fortalecer os diferentes sectores munindo-lhes de capacidades técnicas adicionais, proporcionando assim, conhecimentos suficientes, para análise técnica de qualidade e mais consolidada, nas componentes administrativa e financeira.

Ao finalizar, o Director do SPEFZ, apelou que ao debate aberto e francos em torno dos temas apresentados, *convista a melhorar a prestação de serviços e conseqüentemente a resposta às solicitações dos municípios, no dia a dia do nosso trabalho.*





Tete em Workshop de Divulgação de Matéria

Sobre Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo



Sendo assim, o Governo reviu a legislação, realizou a avaliação dos riscos de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e desenvolveu a “Estratégia de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (2023-2027)”, está em curso a implementação das reformas em alusão, recomendadas na referida Estratégia é uma prioridade do Governo de Moçambique, incluindo o reforço do cumprimento das obrigações relativas ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo nos sectores que foram identificados como altamente vulneráveis, que inclui os seguros, frisou.

O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, realizou o 5º workshop de divulgação de matéria de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

O encontro que se realizou na Cidade de Tete, contou com a participação de várias individualidades, Seguradoras, Bancos Comerciais, técnicos de Serviço Provincial da Economia e Finanças, Procuradoria Provincial e Tribunal Judicial.

Intervindo na sessão de abertura do evento, o Director do Serviço Provincial da Economia

e Finanças de Tete, Luís Bongisse Gando, aplaudiu a realização do evento naquela parcela do País tendo enaltecido os feitos do Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) no Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo.

Bongisse recordou aos participantes que em 2019, o País foi submetido a uma avaliação em relação aos padrões internacionais do Grupo de Acção Financeira (GAFI), que identificaram deficiências significativas que culminaram com a inscrição do País na lista cinzenta.

O director garantiu que no âmbito da implementação de medidas preventivas, a partilha de informação, conhecimento e inclusão de todo o mercado, para além de uma efectiva supervisão, são processos cruciais nesta fase, de reflectirmos sobre o estado actual e as melhores práticas no domínio da prevenção e



combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, para uma avaliação correcta do risco, em particular, a nível do sector dos seguros.

O dirigente reconhece que o desafio ainda é enorme tendo pedido a todos participantes e a sociedade npo geral o

reforço, posicionamento e engajamento continuando a implementar medidas adicionais recomendadas para melhorar ainda mais a transparência e fortalecer a estabilidade do sistema financeiro do País.

Noutra abordagem, os participantes manifestaram

estar actualizados no workshop através dos conteúdos trazidos pelo ISSM tendo sido unânimes ao afirmar que *estamos prontos a abraçar esta causa, fazendo parte dos desafios lançadas e difundir em vários níveis da sociedade vulneráveis.*





Mr. & Mrs. Fuel



Colega Emílio Fuel, que a vossa união seja iluminada e abençoada, que nunca falte amor, serenidade, paz e saúde! Que a felicidade a dois continue a ser o vosso grande objectivo nesta nova etapa!

Parabéns pelo matrimónio!

FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
CINE Grupo

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz